

Autarquias Digitais: promessas e desafios

Luis Borges Gouveia

”Internet – como democratizar o seu uso e as suas práticas”.

Abrantes, 27 de Junho de 2003

A Sociedade da Informação e a informação

Uma das formas mais comuns de partilhar uma estratégia consiste no estabelecimento de uma visão que seja suficientemente agregadora para motivar e reunir esforços em torno de objectivos comuns que embora ambiciosos sejam realizáveis, entendíveis e fáceis de concretizar em metas que todos identifiquem e possam reconhecer quando a elas se chegar. Desta forma, é criada uma dinâmica ganhadora que gera a força necessária para prosseguir na direcção desejada.

A Sociedade da Informação deve ser caracterizada como uma sociedade onde maioritariamente se lida com informação digital e em que se utiliza intensivamente as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Não é, nem uma moda, nem uma forma alternativa de fazer, mas sim uma alteração profunda de hábitos e atitudes que, em boa verdade, ainda ninguém poderá conhecer o impacto. A informação, enquanto necessária para a tomada de decisão ou para a acção de cada indivíduo, é gerada pelos indivíduos e resulta da interacção destes com outros indivíduos ou com artefactos e sistemas de informação. Neste último caso, assumem particular importância os sistemas mediados por computador, que englobam o uso de tecnologias (além do computador) como suporte à interacção entre indivíduos, de um indivíduo com um grupo, uma instituição e as organizações em que trabalha, se diverte ou com que, simplesmente, necessita de interagir pontualmente.

Numa perspectiva operacional da Sociedade da Informação aspectos como a produtividade, o potencial económico, a inovação e a maior integração do indivíduo, do grupo e da comunidade, conduzem a novas formas de lidar com a informação. Além do impacto económico e social, são também as novas formas de fazer coisas velhas que devem reter a nossa atenção: que impacto na organização social, no governo, no poder local, nas instituições que o simples hábito de partilha e circulação de informação pode transportar? Que negócios tidos como centrais e importantes hoje em dia, deixam de o ser? Quais são os negócios que se criam e como podem estes ser estimulados, testados e desenvolvidos? Onde e como vão estes negócios surgir?

Curiosamente, um dos paradoxos do digital é a renovada importância do território. É nele que se fixam os recursos humanos, se concentram competências e se criam dinâmicas de partilha e

circulação de informação. A lógica das cidades e regiões digitais não pode perverter a identificação do território enquanto espaço vital de cada indivíduo.

Da informação ao conhecimento

É lugar comum referir a informação como paradigma das mudanças na economia, no trabalho e no lazer de cada um de nós. Inúmeros autores defendem a importância da informação, sua posse, compreensão e acesso para decidir e agir melhor, mais rapidamente e com menor custo.

A Sociedade da Informação é também uma Sociedade da Informação e do Conhecimento – SIC – como que querendo emendar a excessiva conotação de individualismo e de efêmero que está associado à informação. Como foi já referido, a informação, enquanto material de apoio à decisão e à acção está sujeita a um enquadramento – contexto – que lhe dê valor e utilidade. O conhecimento por ser, em grande parte, resultado da partilha colectiva de significados, é necessariamente construído em sociedade, promovendo valores como a colaboração, a partilha e a interacção, independentemente de qualquer tipo de afiliação ou contexto pontual.

Globalmente, esta transição para uma SIC é acompanhada por mudanças que, embora objecto de discussão, raramente são analisadas em conjunto. Entre estas mudanças destaca-se a estrutura e complexidade da informação e o problema do excesso de informação que se traduz em perdas significativas de produtividade.

Os conceitos *e-government*, *e-local government* e *autarquia digital*

O governo central, o poder local e as autarquias possuem um papel não negligenciável na habituação e fomento da interacção sob formato digital bem como na introdução de práticas orientadas à informação. O conceito de *e-government*, engloba o recurso a novas formas de fazer o que o governo faz e de suportar o funcionamento do estado e dos serviços associados, adoptando práticas de base digital que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade ao cidadão.

O conceito de *e-local government* estende estes mesmos princípios mas com uma maior proximidade ao cidadão, tomando agora a sua vertente de município. Curiosamente, a proximidade territorial ao indivíduo sai reforçada como elemento diferenciador destes dois conceitos.

O conceito de *autarquia digital* é relativamente aos anteriores mais localizado. A autarquia digital enquanto conceito prepara o funcionamento orgânico e quotidiano de uma autarquia para o suporte do digital, alterando práticas de forma mais profunda que a simples inclusão de

um canal Web ou a agilização e racionalização de processos. Também a este nível o impacto da transparência de informação, do acesso à informação e de uma potenciação da interacção com o munícipe muda mais que as ferramentas; muda atitudes para as quais o munícipe tem de ser e estar preparado. A autarquia digital deve estar preocupada com o funcionamento da infraestrutura de decisão e acção do poder local e não com uma lógica de integração da circulação de informação. Embora se situe no mesmo território físico, exige diferentes mecanismos de suporte e preparação do próprio munícipe.

A necessidade de assegurar a gestão da informação, disponibilizando e agregando os meios de análise que permitam o desenvolvimento, planeamento e acesso à informação não podem, nem devem estar associados a uma lógica eminentemente funcional que uma autarquia digital obedece. As competências de regulação de fluxos de informação, partilha de competências e de fortalecimento da massa crítica de recursos humanos de uma região, não apenas nas suas escolas, centros de serviços e vias e infraestruturas de comunicação, mas também com base no núcleo de competências, políticas e mecanismos disponibilizados para a distribuição, o acesso e partilha de informação tem de ser equacionados. Estes mecanismos, complementados com uma visão adequada para a realidade do território, tomando políticas de informação específicas e corporizadas por uma visão inclusiva do ocupante do território, permitem a adopção de uma estratégia que, incluindo necessariamente uma autarquia preparada, ultrapassa o seu âmbito e oferece uma plataforma mais associada com o conceito de *e-local government* – a face do poder local que segue a lógica do governo electrónico.

O conceito das cidades digitais

O conceito das *cidades digitais* implica precisamente uma lógica de raciocínio que englobe não só a autarquia, mas também demais instituições de um território, associadas de modo a partilharem informação e envolvendo todos numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção. Desta forma, não será apenas mais fácil, mais rápido e mais eficiente a troca de informação. Daqui tem de resultar ganhos na atitude e na própria lógica de gerir a informação que leve à apropriação, por parte de uma região, do seu património de informação – esta é a visão proposta por projectos como o Gaia Global: uma imagem digital do território associado.

O esforço de um projecto que se enquadre no conceito de cidades digitais visa fomentar uma maior aproximação entre a administração local, os munícipes, os grandes utilizadores dos serviços autárquicos, as instituições de desenvolvimento regional, as associações de promoção cultural e desportiva, os estabelecimentos de ensino, a indústria, comércio e serviços, os

prestadores e utilizadores de serviços de saúde, os turistas e demais visitantes do concelho e todos os que, de uma forma ou de outra, possam ser consumidores de informação, estimulando, paralelamente, o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

O Gaia Global enquanto projecto de cidades e regiões digitais

O GAIA GLOBAL é um projecto inserido no âmbito da Sociedade de Informação, mais concretamente na iniciativa Portugal Digital (POSI), medida das Cidades e Regiões Digitais. Tem por ambição proporcionar ao concelho de Gaia as condições de adesão ao digital e os meios para potenciar o papel de Gaia, das suas empresas e dos seus cidadãos. Este papel passa pela aquisição de novas competências que se adivinham face à crescente utilização de meios tecnológicos, mas também de mais formas de aprender, de trabalhar, de divertir e de socializar.

São objectivos do GAIA GLOBAL, a preparação dos indivíduos com as competências para o digital, o proporcionar de uma economia que incremente a sua base electrónica, mas acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida e de cidadania, propondo o projecto constituir-se como um espaço ideal de troca de informação e partilha de conhecimento – *“Gaia Global, um espaço ideal”*.

Face ao lema *“GAIA GLOBAL, um cálice de idéias”*, a inovação e a participação dos cidadãos e das instituições são uma preocupação central do projecto que tem como áreas de intervenção: Informação e Serviços Municipais, Educação, Saúde, Comércio e Indústria, Governo electrónico, Ambiente, Qualidade de Vida e Património Cultural, e Desporto e Lazer, abrangendo a sociedade civil de uma forma transversal em complemento à Autarquia.

O projecto, previsto para três anos, possui um financiamento de 5.909.049 € de um investimento total de 8.441.499 €. O GAIA GLOBAL foi aprovado em Maio de 2002, tendo completado um ano em que foram realizados os trabalhos de análise e especificação do projecto, nomeadamente, da sua infra-estrutura digital e do plano director digital. O GAIA GLOBAL é um projecto inserido no âmbito da Sociedade de Informação, mais concretamente na iniciativa Portugal Digital (POSI), medida das Cidades e Regiões Digitais. Tem por ambição proporcionar ao concelho de Gaia as condições de adesão ao digital e os meios para potenciar o papel de Gaia, das suas empresas e dos seus cidadãos. Este papel passa pela aquisição de novas competências que se adivinham face à crescente utilização de meios tecnológicos, mas também de mais formas de aprender, de trabalhar, de divertir e de socializar.

A entidade coordenadora e gestora do projecto é a ENERGAIA, Agência Municipal de Energia de Gaia, criada em 1999 ao abrigo do programa SAVE II da Comissão Europeia. Desde essa data a ENERGAIA assume-se como Centro de Competências em Energia, Ambiente e Informação no Concelho de Gaia.

Observações finais

As autarquias tem face à Sociedade da Informação e do Conhecimento novos e renovados desafios. Estes desafios passam por uma maior abertura à sociedade civil e à redefinição do papel do poder local. Desta forma, os respectivos sistemas de informação e estrutura funcional do poder local tem de ser repensados.

Por certo e de momento, apenas existe a consciência que o território de cada município possui valências e potencialidades próprias e que as suas gentes se constituem cada vez mais, como o activo que atrai investimento, interacção. Este é, talvez, o garante da maior qualidade de vida e de novas práticas de cidadania e inclusão a desenvolver num futuro que terá necessariamente de ser próximo.